

Câmara Municipal de Murça

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA
Resumo não Técnico



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Outubro de 2014

Índice Geral

1	INTRODUÇÃO	4
2	DESCRIÇÃO DO OBJETO DE AVALIAÇÃO	6
2.1	Justificação e fundamentos da elaboração do plano	6
2.2	Objetivos do Plano e Horizonte Temporal	6
3	FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO	8
3.1	Questões estratégicas (QE)	9
3.2	Fatores ambientais e de sustentabilidade relevantes (FASR)	11
3.3	Quadro de Referência Estratégico (QRE)	15
4	AVALIAÇÃO DE IMPACTES DE NATUREZA ESTRATÉGICA	21
4.1.1	Avaliação das Opções Estratégicas do Plano	22
5	SÍNTESE DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL	22
6	CONCLUSÃO	32

1 INTRODUÇÃO

Este documento constitui o Resumo não Técnico da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do Plano Diretor Municipal de Murça (PDMM) e foi elaborado de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro e no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio.

Estes diplomas legais estabelecem o regime a que fica sujeita a avaliação ambiental dos efeitos de determinados planos e programas, suscetíveis de induzir efeitos significativos no ambiente, com o intuito de estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de planos e programas, com vista a promover um desenvolvimento sustentável. Enquanto instrumentos de ordenamento rural e urbano ou de utilização dos solos, os planos diretores municipais ficam assim sujeitos a um processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), cabendo à Câmara Municipal de Murça, enquanto entidade proponente do referido plano, a responsabilidade da AAE. Esta responsabilidade abrange, nomeadamente: a decisão de elaborar a AAE; a determinação do seu âmbito e alcance, bem como a consulta de entidades e do público sobre estes aspetos; a preparação do Relatório Ambiental e respetivas consultas públicas e institucionais; e a apresentação da Declaração Ambiental à Agência Portuguesa do Ambiente. A metodologia adotada para a AAE do PDM de Murça foi organizada em quatro fases principais.

Numa primeira fase foram definidos e analisados os Fatores Críticos Para a Decisão (FCD). Estes fatores constituem os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a AAE se deve debruçar, uma vez que identificam os aspetos a ter em conta na conceção da estratégia e das ações que as implementam, para melhor satisfazer objetivos ambientais e um futuro mais sustentável (Partidário, 2007). A definição dos FCD resultou de uma análise integrada das Questões Estratégicas (QE), do Quadro de Referência Estratégico (QREA) e dos Fatores Ambientais e de Sustentabilidade Relevantes (FASR).

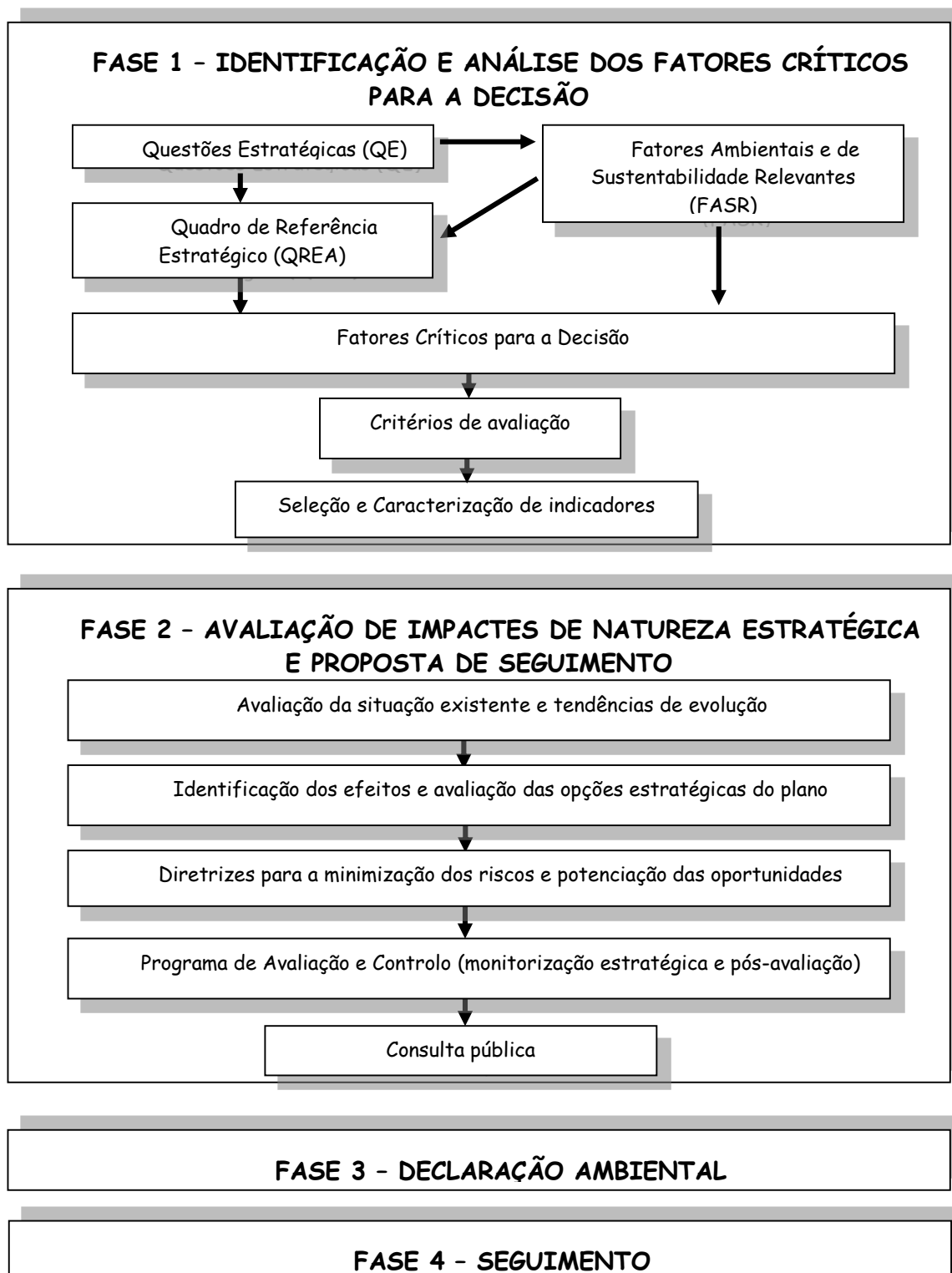
Numa segunda fase vão ser avaliados os diversos impactes de natureza estratégica gerados pela aplicação do novo PDM, definindo-se um conjunto de diretrizes para minimização dos impactes negativos e de potenciação dos impactes positivos e ainda um programa de avaliação e controlo que inclui os indicadores de monitorização e as recomendações para a fase de pós-avaliação.

A terceira da AAE corresponde à elaboração da declaração ambiental, a qual deverá ser remetida, após a aprovação do PDM, à Agência Portuguesa do Ambiente. Esta declaração deverá incluir os seguintes elementos: a forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no Plano Diretor Municipal; as observações apresentadas durante a consulta às entidades ambientais relevantes e agentes locais e os termos da respetiva ponderação, bem como a justificação do não acolhimento dessas observações; as razões que fundaram a aprovação do plano à luz das alternativas razoáveis abordadas durante a sua

elaboração e as medidas de controlo previstas, com o intuito de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.

A quarta e última fase tem como objetivo dar sequência a um programa de seguimento que deverá acompanhar a implementação do plano. Este programa de seguimento é de importância fulcral para trabalhar as múltiplas dimensões de incerteza que caracterizam qualquer processo de decisão estratégico, e para poder continuar a assegurar o contributo da AAE na integração das questões de ambiente e sustentabilidade no processo decisão.

No que diz respeito à componente técnica, a metodologia proposta é a seguinte:



2 DESCRIÇÃO DO OBJETO DE AVALIAÇÃO

A avaliação ambiental incide sobre as opções estratégicas preconizadas na proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Murça. Esta revisão foi feita à luz do quadro legal e normativo aplicável, nomeadamente a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo (Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto) e o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro e o Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 181/2009 de 7 de Agosto).

2.1 Justificação e fundamentos da elaboração do plano

De acordo com a legislação em vigor, os Planos Diretores Municipais são obrigatoriamente revistos ao fim de um período de 10 anos, a contar da data da sua aprovação e, eventualmente, ratificação. No caso do PDM de Murça, para além deste requisito legal, outras razões foram invocadas, nomeadamente:

- Adequação do plano às disposições do novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo e os diferentes decretos regulamentares (DL 380/99; Lei 56/2007 e DL 316/2007);
- Adequação e/ou transposição para o plano das estratégias, orientações e diretrizes dos novos programas e planos com incidência no território municipal, em particular a ENDS, o PNPOT, PROT-N, o PSRN 2000;
- Desenvolvimento do modelo territorial e de ordenamento, tendo em conta não só as dinâmicas socioeconómicas registadas no concelho ao longo da última década mas também a estratégia e as prioridades de desenvolvimento formuladas pela Câmara Municipal;
- Revisão dos mecanismos de gestão territorial e urbana tendo em conta a experiência acumulada com a implementação do atual plano mas também a introdução de normas e critérios resultantes quer do novo enquadramento jurídico dos instrumentos de gestão territorial, quer dos novos planos e programas com incidência no concelho;
- Atualização e correção da informação estatística e cartográfica, nomeadamente a transposição para uma escala e um suporte adequados (cartografia digital à escala 1:25 000) das plantas de ordenamento e de condicionantes e a criação de um Sistema de Informação Geográfica de suporte ao planeamento e à gestão do território municipal.

2.2 Objetivos do Plano e Horizonte Temporal

No início do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Murça foi estabelecido um conjunto de objetivos estratégicos e instrumentais quer para a

proposta de plano, quer para a natureza das disposições técnicas e regulamentares nele contidas. De forma resumida esses objetivos são os seguintes:

- Traduzir para o âmbito municipal o quadro de desenvolvimento do território estabelecido nos instrumentos de natureza estratégica de âmbito nacional e regional (ENDS, PNPOT, PROT-N, PIOTADV), bem como dos instrumentos de política sectorial ou de natureza especial (PBHD, PSRN2000, etc.);
- Conceber um modelo de ordenamento do território municipal compatível com a estratégia e as prioridades de desenvolvimento socioeconómico preconizada pelo município e a qual deve valorizar os principais recursos e atividades do concelho, nomeadamente agroflorestais e turísticas;
- Assegurar a gestão programada do território municipal, garantindo assim a eficácia do plano no combate à dispersão urbana e no controle dos processos de edificação e de urbanização;
- Definir a estrutura ecológica municipal bem como as normas e os critérios técnicos para a utilização dos solos nela incluídos;
- Definir os princípios e os critérios da garantia da qualidade ambiental e da preservação do património cultural, tendo em vista assegurar a sustentabilidade do território e a qualidade de vida das populações e ainda a defesa e a valorização dos valores patrimoniais;
- Definir os princípios e os critérios técnicos para a localização de infraestruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas, tendo em vista a racionalização dos investimentos públicas e a garantia de uma efetiva igualdade de oportunidades das populações no acesso a estes;
- Definir os critérios de localização e distribuição das atividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços, tendo em vista um uso adequado do solo e a salvaguarda do princípio do equilíbrio territorial;
- Definir os parâmetros do uso do solo e de uso e fruição do espaço público, tendo em conta as características específicas do território, o modelo de povoamento do concelho e ainda a melhoria da qualidade de vida que se pretende alcançar com a implementação do plano.

O horizonte temporal previsto para o plano é de 10 anos. No entanto, e de acordo com a legislação em vigor, o plano poderá ser revisto antes desse limite temporal, desde que existam razões fundamentadas que o justifiquem.

3 FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

Os fatores críticos constituem os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a AAE se deve debruçar, uma vez que identificam os aspetos a ter em conta na conceção da estratégia e das ações que as implementam, para melhor satisfazer objetivos ambientais e um futuro mais sustentável (Partidário, 2007). A identificação destes fatores resultou de uma análise integrada das questões estratégicas (QE) formulados para o Plano Diretor Municipal de Murça, das questões ambientais relevantes identificadas com base na legislação em vigor e no âmbito, natureza e alcance deste plano territorial e do Quadro de Referência Estratégico Ambiental (QRE). Os fatores críticos adotados não correspondem integralmente à proposta indicativa formulada no documento de definição do âmbito e alcance da AAE. As alterações introduzidas foram feitas com base nos contributos das entidades consultadas e no exercício de reflexão entretanto desenvolvido pela equipa técnica. Os fatores críticos inicialmente apresentados foram aglutinados em quatro grupos principais.

Os Fatores Críticos para a Decisão, a seguir enunciados e sumariamente descritos, resultam dos procedimentos legalmente estabelecidos para a definição do âmbito da avaliação ambiental estratégica.

1. **Ocupação e gestão do território:** Contempla a dimensão do ordenamento físico do território, incluindo os aspetos relacionados com a ocupação e usos do solo, a distribuição espacial da população, as dinâmicas de urbanização e a racionalização das infraestruturas públicas.
2. **Coesão e desenvolvimento territorial:** Atende à dimensão da equidade e da competitividade territorial, nomeadamente os aspetos relacionados com as dinâmicas demográficas e construtivas, as dinâmicas económicas, a mobilidade e a igualdade de oportunidades no acesso às redes públicas de infraestruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas.
3. **Recursos Territoriais:** Compreende a dimensão da proteção e valorização dos recursos endógenos, incluindo os aspetos relacionados com os recursos hídricos, a biodiversidade, a paisagem e o património cultural.
4. **Qualidade ambiental:** Aborda a dimensão das condições e da qualidade de vida da população, incluindo os aspetos relacionados com os níveis de cobertura e a eficiência das redes de saneamento básico e resíduos, a qualidade da água e do ar, o ruído, a energia e os riscos naturais e tecnológicos.

3.1 Questões estratégicas (QE)

As opções estratégicas preconizadas para o plano resultaram do exercício desenvolvido pela equipa técnica em estreita articulação com a Câmara Municipal, e a qual permitiu construir o cenário desejável para o concelho num horizonte de 10 anos. Este cenário procura traduzir a ambição do concelho em matéria de desenvolvimento e de ordenamento, a qual é marcada pela vontade de fazer de Murça um concelho mais: **atrativo, competitivo, dinâmico, ordenado, sustentável e com qualidade de vida**

- Um concelho mais atrativo, no sentido de uma maior capacidade de fixação da população, de maior poder de atracção de novos residentes e de captação de maiores e mais diversificados investimentos produtivos.
- Ordenado, no sentido de um controle mais estreito da expansão urbana e da dispersão do habitat ou ainda de uma melhor harmonização e compatibilização dos diferentes usos do solo rural.
- Competitivo, no sentido de melhorar e qualificar os fatores que influenciam o seu posicionamento nos diferentes mercados, regional, nacional e internacional.
- Dinâmico, no sentido de maiores iniciativas e investimentos produtivos, que conduzam a uma diversificação da base económica, à geração de mais riqueza e emprego.
- Sustentável, no sentido de uma proteção e valorização eficaz dos recursos e valores naturais e culturais, de um planeamento, execução e gestão eficiente e racional das infraestruturas, equipamentos e serviços e de uma melhoria progressiva dos indicadores de qualidade ambiental.
- Com qualidade de vida, no sentido de garantir a toda a população a igualdade de oportunidades no acesso a bens e serviços públicos fundamentais e aos padrões contemporâneos de qualidade de vida.

Destes pilares decorre um conjunto de opções estratégicas onde foram estabelecidos um conjunto de objetivos específicos, os quais procuram definir as prioridades em matéria de desenvolvimento e de ordenamento que o município se propõe concretizar.

DESÍGNIOS	OPÇÕES ESTRATÉGICAS OBJETIVOS ESPECÍFICOS
UM TERRITÓRIO MAIS ATRATIVO	1. Reforçar a capacidade de atracção e de polarização do concelho Consolidar o papel e as funções urbanas e económicas da Vila Atrair e fixar novos residentes Atrair e fixar iniciativas e investimentos
UM TERRITÓRIO MAIS ORDENADO	2. Promover o desenvolvimento do concelho e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e coesão territorial Reforçar o papel e as funções dos polos urbanos secundários Completar, reordenar e requalificar as redes de infraestruturas básicas Completar, reordenar e requalificar a rede viária concelhia e facilitar a mobilidade interna
	3. Controlar, ordenar e qualificar os espaços urbanos, harmonizar e compatibilizar os diferentes usos do solo rural Reestruturar e requalificar o perímetro urbano da Vila Reestruturar e requalificar os perímetros urbanos contendo e disciplinando a expansão urbana e a edificação fora dos perímetros urbanos Harmonizar e compatibilizar os diferentes usos do solo rural
UM TERRITÓRIO MAIS DINÂMICO E COMPETITIVO	4. Consolidar o papel e a importância económica dos sectores vitivinícola e olivícola Incentivar e apoiar a modernização dos sectores âncora Melhorar as condições externas de funcionamento e os custos de contexto destes setores Qualificação e valorização da paisagem.
	5. Reforçar o turismo como atividade geradora de mais-valias Criar condições para a instalação de projetos de desenvolvimento turístico Diversificar as iniciativas locais direccionadas ao turismo, em conciliação com o comércio e serviços locais
UM TERRITÓRIO MAIS SUSTENTÁVEL E COM QUALIDADE DE VIDA	6. Preservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos naturais e prevenir e minimizar os riscos naturais e tecnológicos Proteger e valorizar a Estrutura Ecológica Municipal Utilizar de modo sustentável os recursos naturais e prevenir e minimizar os riscos naturais e tecnológicos

Quadro 1- Desígnios, opções estratégicas e objetivos específicos no PDM de Murça

3.2 Fatores ambientais e de sustentabilidade relevantes (FASR)

Os fatores ambientais e de sustentabilidade definem o âmbito ambiental relevante e deverão atender não só aos fatores ambientais legalmente estabelecidos (a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna, a flora, o solo, a água, a atmosfera, os fatores climáticos, os bens materiais e o património cultural) mas também aos objetivos estratégicos do plano, à escala de avaliação e, consequentemente, a sua relevância.

Tendo em conta os estes fatores ambientais, bem como as características do território municipal ou ainda a natureza, o alcance e as opções estratégicas preconizadas no Plano, procedeu-se à identificação das incidências de natureza ambiental e em termos de sustentabilidade para cada uma das opções e objetivos associados (quadro 3). No quadro seguinte apresentam-se a relação entre os fatores críticos, os fatores ambientais e de sustentabilidade relevantes e os aspetos ambientais Legais.

Aspetos ambientais DL n.º 232/2007	Fatores Ambientais e de Sustentabilidade Relevantes	Fatores Críticos para a Decisão
Biodiversidade Fauna Flora	Biodiversidade Recursos Territoriais	Recursos Territoriais
População Saúde humana	Qualidade ambiental Mobilidade Riscos naturais e tecnológicos	Qualidade ambiental Coesão e desenvolvimento territorial
Ar Solo Água	Qualidade do ambiental Mobilidade Riscos Naturais e Tecnológicos	Qualidade ambiental
Fatores climáticos	Recursos Territoriais Riscos naturais e tecnológicos	Recursos Territoriais
Bens materiais	Desenvolvimento territorial Mobilidade	Coesão e desenvolvimento territorial
Património cultural	Património cultural Paisagem	Recursos Territoriais

Quadro 2- Fatores ambientais e de sustentabilidade relevantes por FCD.

Opções Estratégicas e Objetivos Específicos	Natureza das Intervenções	Fatores Ambientais e de Sustentabilidade Relevantes
1. Reforçar a capacidade de atração e de polarização do concelho Consolidar o papel e as funções urbanas e económicas da Vila, atrair e fixar novos residentes e atrair e fixar iniciativas e investimentos	Consolidação da rede de Equipamentos de Ação Social; Ampliação do cemitério Municipal Projetar e difundir uma imagem do concelho associada à qualidade de vida; Incentivos a fixação de jovens casais e à natalidade; Recuperação e requalificação do bairro do Pinheirinho e bairro Heroi Milhões Promoção dos recursos, potencialidades e atividades económicas do concelho. Ampliação da zona industrial/oficinal de Murça	Melhoria dos níveis de acesso a bens e serviços públicos fundamentais e da coesão territorial Atração e fixação de população, contribuindo para a contenção das dinâmicas de despovoamento das zonas rurais e para o desenvolvimento territorial Atração ou realocização de empresas e atividades industriais, favorecendo o desenvolvimento territorial, a qualidade ambiental e a da paisagem Aumento potencial dos riscos tecnológicos provocados pela instalação de atividades industriais
2. Promover o desenvolvimento do concelho e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e coesão territorial Reforçar o papel e as funções dos polos urbanos secundários, completar, reordenar e requalificar as redes de infraestruturas básicas e completar, reordenar e requalificar a rede viária concelhia e facilitar a mobilidade interna	Adaptação e recuperação dos edifícios escolares para centros de artesanato, das artes e ofícios tradicionais e de acolhimento de artistas Recuperação e requalificação dos espaços públicos em diversas localidades do concelho. Reforço da rede de saneamento público. Prolongamento da Via Circular a Murça desde a rua dos Fornos até à rua Frei Diogo Reconversão e beneficiação da rede viária municipal	Melhoria dos níveis de acesso a bens e serviços públicos fundamentais e da coesão territorial Melhoria dos níveis de atendimento de infraestruturas e da qualidade ambiental do concelho Incremento da mobilidade e eventual diminuição da qualidade ambiental sonora
3. Controlar, ordenar e qualificar os espaços urbanos, harmonizar e compatibilizar os diferentes usos do solo rural	Recuperação e requalificação dos espaços públicos em diversas localidades do concelho Reconfiguração dos perímetros urbanos	Redução dos investimentos em infraestruturas novas e incremento da eficiência das redes existentes, com a melhoria da coesão territorial e da qualidade ambiental

Opções Estratégicas e Objetivos Específicos	Natureza das Intervenções	Fatores Ambientais e de Sustentabilidade Relevantes
Reestruturar e requalificar o perímetro urbano da Vila, reestruturar e requalificar os perímetros urbanos contendo e disciplinando a expansão urbana e a edificação fora dos perímetros urbanos e harmonizar e compatibilizar os diferentes usos do solo rural	Requalificação urbanística do espaço urbano consolidado Disponibilização de solo urbano para novas edificações Criar condições para a legalização das construções	Pressão eventual sobre os recursos territoriais (solos inseridos na REN e na RAN) e a paisagem
4. Consolidar o papel e a importância económica dos sectores vitivinícola e olivícola Incentivar e apoiar a modernização dos sectores âncora, melhorar as condições externas de funcionamento e os custos de contexto destes setores e qualificar e valorizar a paisagem.	Reforço da dotação de solo industrial para a instalação de novas unidades do setor agroalimentar (Ampliação da zona industrial/oficinal de Murça) Instalação e reforço da rede de fibra ótica com ligação à zona industrial e principais áreas urbanas do concelho e na requalificação tecnológica Uso sustentável dos recursos produtivos e práticas agrícolas tradicionais	Pressão eventual sobre os recursos territoriais (solos inseridos na REN e na RAN) e a paisagem Aumento potencial dos riscos tecnológicos provocados pela instalação de novas atividades Industriais Diversificação das atividades económicas e promoção do desenvolvimento territorial
5. Reforçar o turismo como atividade geradora de mais-valias Criar condições para a instalação de projetos de desenvolvimento turístico e diversificar as iniciativas locais direcionadas ao turismo, em conciliação com o comércio e serviços locais	Adaptação e recuperação dos edifícios florestais para aproveitamento turístico Adaptação e recuperação de um edifício para museu etnográfico Projeto de mobilidade do Tua, com a construção do centro interpretativo, equipamentos de suporte à ferrovia, e equipamentos de lazer junto à albufeira. Estímulo à criação de unidades e de atividades de natureza social	Pressão eventual sobre os recursos territoriais (solos inseridos na REN e na RAN) e a paisagem Diversificação das atividades económicas e promoção do desenvolvimento territorial Melhoria dos níveis de acesso a bens e serviços públicos fundamentais e da coesão territorial Atração e fixação de população, contribuindo para a contenção das dinâmicas de despovoamento das zonas rurais e para o desenvolvimento territorial

Opções Estratégicas e Objetivos Específicos	Natureza das Intervenções	Fatores Ambientais e de Sustentabilidade Relevantes
	Adaptação e recuperação dos edifícios escolares para centros de artesanato, das artes e ofícios tradicionais e de acolhimento de artistas	
6. Preservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos naturais e prevenir e minimizar os riscos naturais e tecnológicos Proteger e valorizar a Estrutura Ecológica Municipal e utilizar de modo sustentável os recursos naturais e prevenir e minimizar os riscos naturais e tecnológicos	Delimitação dos componentes urbanos e rurais da Estrutura Ecológica Municipal Preservar e recuperar sistemas fundamentais da paisagem (cabecos, zonas húmidas, áreas declivosas) Manutenção/recuperação da drenagem natural das linhas de água em espaços urbanos. Manutenção e incentivo da agricultura em solos de elevada aptidão agrícola (solos de RAN e antrossolos) Delimitação das áreas de risco (incêndio, erosão, inundação) e definição das medidas de proteção Implementação de medidas de reforço na área da proteção civil, nomeadamente a abertura de aceiros, construção de postos de vigia e limpeza de matas Adaptação e recuperação dos edifícios florestais para apoio de associações de proteção da natureza de carácter público	Conservação e valorização da biodiversidade e melhoria da qualidade ambiental Controle dos fatores e redução dos impactes dos riscos naturais (erosão, inundação e incêndio) Preservação e valorização dos sistemas naturais mais frágeis e dos recursos territoriais (solos e água) Preservação e valorização do património cultural (sítios arqueológicos, edifícios e espaços culturais), natural (sítios e valores) e da paisagem

Quadro 3- Incidências de natureza ambiental e em termos de sustentabilidade para as opções estratégicas do PDMM.

3.3 Quadro de Referência Estratégico (QRE)

O Quadro de Referência Estratégico Ambiental estabelece o macro enquadramento da avaliação ambiental, sendo constituído pelas estratégias, programas e planos que enquadram estrategicamente o PDM de Murça e para o qual estabelecem objetivos e/ou metas de sustentabilidade. Tendo em conta a natureza do plano e o âmbito e os objetivos da avaliação, foram identificados os seguintes instrumentos de enquadramento estratégico:

- Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS);
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT);
- Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC);
- Plano Regional de Ordenamento do Território Norte (PROT-N);
- Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Douro (PBHRD);
- Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN);
- Programa Operacional Regional Norte (PO NORTE);
- Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB);
- Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico (PNBEPH);
- Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSUII);
- Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento Águas Residuais II (PEAASARII);
- Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT);
- Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural (PENDR);
- Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro (PDTVD);
- Plano Regional de Ordenamento Florestal Barroso Padrela (PROFBP);
- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI);
- Programa Nacional da Água (PNA);
- Plano Nacional do Uso Eficiente da Água (PNUEA);
- Diretiva Quadro da Água (Diretiva nº 2000/60/CE).

Nos quadros seguintes são identificadas as estratégias, os programas e os planos que constituem o referencial estratégico de cada um dos FCD considerados, bem como as opções estratégicas preconizadas nesses instrumentos. A análise destas opções permitiu-nos estabelecer as relações de relevância entre os FCD e os instrumentos de enquadramento identificados (Quadro 8). De notar que os objetivos e as metas específicas aplicáveis a cada variável, e que constituem os referenciais ambientais e de

sustentabilidade a partir dos quais o PDM de Murça será avaliado estrategicamente, serão descritos no próximo capítulo.

FCD	QRE	Objetivos Globais
Ocupação e Gestão do Território	PNPOT	Um espaço sustentável e bem ordenado - Preservar o quadro natural e paisagístico, em particular os recursos hídricos, a zona costeira, a floresta e os espaços de potencial agrícola Articular o sistema de "espaços abertos" de natureza ambiental e paisagística com o sistema urbano e as redes de infraestruturas
	PROT-N	Conservação e valorização do suporte territorial (valores naturais e patrimoniais) Consolidação do sistema urbano (pontos nodais da estrutura de apropriação do território)
	PBHRD	Articular o ordenamento do território com o ordenamento do domínio hídrico
	QREN	Assegurar a qualificação do território traduzida, em especial, nos objetivos de promover um melhor ordenamento do território (...) e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento
	PO NORTE	Valorização e qualificação ambiental e territorial, através da promoção do desenvolvimento integrado de comunidades sustentáveis, numa perspetiva intergeracional e na dupla vertente ambiental e inclusiva Qualificação do sistema urbano, promovendo a qualificação e interconectividade da rede urbana da Região do Norte enquanto elemento de reforço da qualidade de vida dos cidadãos
	PROFBP	Expandir e reabilitar o património florestal Valorizar as áreas florestais
	PENDR	Promover o correto ordenamento do espaço rural

Quadro 4- QRE e opções estratégicas para o Fator Crítico para a Decisão «Ocupação e Gestão do Território»

FCD	QRE	Objetivos Globais
Coesão e Desenvolvimento Territorial	ENDS	Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social Valorização equilibrada do território
	PNPOT	<i>Um território equitativo em termos de desenvolvimento e bem-estar</i> - Valorizar a diversidade dos territórios e a articulação dos centros urbanos com as áreas rurais, garantindo em todo o País o acesso ao conhecimento e aos serviços coletivos e boas condições de mobilidade e comunicação, favorecendo a liberdade de opção por diferentes espaços e modos de vida
	PROT-N	Consolidação do sistema urbano (pontos nodais da estrutura de apropriação do território) Conformação e concretização dos sistemas / redes fundamentais de conectividade (suportes dos fluxos de pessoas, de bens, de serviços e de informação) centrada na articulação entre pontos nodais da estrutura territorial da Região e destes com o exterior
	QREN	Promover o crescimento sustentado através, especialmente, do objetivo do aumento da competitividade dos territórios; Assegurar a qualificação do território traduzida, em especial, nos objetivos de promover um melhor ordenamento do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento
	PO NORTE	<i>Valorização económica de recursos específicos</i> , enquanto elementos-chave de uma estratégia territorialmente diferenciada de desenvolvimento regional, assente na valorização económica dos seus recursos próprios e do seu capital simbólico e identitário <i>Valorização e qualificação territorial</i> , através da promoção do desenvolvimento integrado de comunidades sustentáveis, numa perspetiva intergeracional e inclusiva
	PENDR	Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal Diversificação da economia nas zonas rurais Reforço da coesão territorial e social
	PENT	Desenvolvimento do Turismo baseado na qualificação e competitividade da oferta, alavancado na excelência ambiental/urbanística, na formação dos recursos humanos e na dinâmica/modernização empresarial e das entidades públicas
	PDTVD	Proceder à territorialização das temáticas de atração, de modo a conseguir concentrar fluxos, viabilizando estruturas de qualidade Atrair e apoiar a instalação de um conjunto de empreendimentos turísticos estruturantes, de natureza privada e pública
	PROFBP	Valorizar as áreas florestais: Potenciar as funções económicas, ecológicas e sociais das superfícies florestais Consolidar a atividade florestal: Melhorar a área florestal, com intervenções adaptadas às condições locais e compatíveis com a região e com a espécie

Quadro 5- QRE e opções estratégicas para o Fator Crítico de Decisão «Coesão e Desenvolvimento Territorial»

FCD	QRE	Objetivos Globais
Recursos Territoriais	ENDS	Gestão Eficiente do Património Natural
	PNPOT	<i>Um espaço sustentável e bem ordenado</i> Preservar o quadro natural e paisagístico, em particular os recursos hídricos, floresta e espaços de potencial agrícola Gerir e valorizar as áreas classificadas integrantes da Rede Fundamental de Conservação da Natureza
	PNAC	Promoção da eletricidade produzida por fontes renováveis de energia Melhoria da eficiência energética dos edifícios
	PROT-N	Conservação e valorização do suporte territorial (valores naturais e patrimoniais) Gestão sustentada dos recursos territoriais (exploração das potencialidades / atenuação das fragilidades)
	PBHRD	Gestão da procura (abastecimento de água às populações e atividades económicas) Valorização social e económica dos recursos hídricos
	PO NORTE	Valorização económica de recursos específicos, enquanto elementos-chave de uma estratégia territorialmente diferenciada de desenvolvimento regional, assente na valorização económica dos seus recursos próprios e, designadamente, do seu capital simbólico e identitário
	PNBEPH	Contribuição para as metas de produção de energia com origem em fontes renováveis Redução da dependência energética nacional Redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE)
	ENCNB	Promover a integração da política de conservação da natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais
	PENDR	Correto ordenamento do espaço rural e gestão sustentável dos recursos naturais Promoção da eficácia da intervenção das entidades públicas, privadas e associativas na gestão do território
	PROFBP	Valorizar as áreas florestais: Potenciar as funções económicas, ecológicas e sociais das superfícies florestais; Consolidar a atividade florestal: Aumentar a área florestal, com arborizações adaptadas às condições locais e compatíveis com a região; Promover a reposição do potencial produtivo de algumas zonas, através da obtenção de material de qualidade, com valorização apreciável
	PNA	Promover a sustentabilidade ambiental, económica e financeira da utilização dos recursos hídricos Promover a gestão sustentável da procura de água, baseada na gestão racional dos recursos e nas disponibilidades existentes em cada bacia hidrográfica
	PNUEA	Promover o uso eficiente da água nos sectores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de stress hídrico, quer em situação hídrica normal quer durante períodos de seca.

Quadro 6- QRE e opções estratégicas para o Fator Crítico de Decisão «Recursos Territoriais»

FCD	QRE	Objetivos Globais
Qualidade Ambiental	ENDS	Gestão Eficiente e Preventiva do Ambiente
	PNPOT	<i>Um território equitativo em termos de desenvolvimento e bem-estar - Definir o sistema urbano como critério orientador do desenho das redes de infraestruturas e de equipamentos coletivos</i>
	PROT-N	Gestão sustentada dos recursos territoriais (exploração das potencialidades / atenuação das fragilidades)
	PBHRD	Proteção das águas e controlo da poluição Proteção da natureza Proteção contra situações hidrológicas extremas e acidentes de poluição
	QREN	Assegurar a qualificação do território traduzida, em especial, nos objetivos de assegurar ganhos ambientais
	PO NORTE	<i>Valorização e qualificação ambiental e territorial, através da promoção do desenvolvimento integrado de comunidades sustentáveis, numa perspetiva intergeracional e na dupla vertente ambiental e inclusiva</i> <i>Qualificação do sistema urbano, promovendo a qualificação e inter-conectividade da rede urbana da Região do Norte enquanto elemento de reforço da própria empresa e da qualidade de vida dos cidadãos</i>
	PERSUII	Reduzir, reutilizar e reciclar Separar na origem e minimizar a deposição em aterro
	PEAASARII	Universalidade, continuidade e qualidade do serviço Proteção dos valores ambientais
	PNA	Assegurar a gestão integrada do domínio hídrico, promovendo a integração da componente recursos hídricos nas políticas sectoriais e assegurando a integridade hídrica das regiões hidrográficas, bem como a integração dos aspetos da quantidade e da qualidade da água

Quadro 7- QRE e opções estratégicas para o Fator Crítico de Decisão «Qualidade Ambiental»

	ENDS	PNPOT	PNAC	PROT-N	PBHRD	QREN	PO NORTE	ENCNB	PERSUII	PEAASAR II	PENT	PENDR	PDTV	PROFBP	PNA	PNUEA
Ocupação e Gestão do Território																
Coesão e Desenvolvimento Territorial																
Recursos Territoriais																
Qualidade Ambiental																

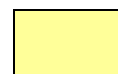
Quadro 8- Relevância do Quadro de Referência Estratégico por Fator Crítico para a Decisão



Relação forte



Relação intermédia



Relação fraca/nula

4 AVALIAÇÃO DE IMPACTES DE NATUREZA ESTRATÉGICA

No quadro seguinte é realizado, para cada FCD, o diagnóstico da situação atual e tendências de evolução do território

Fator Crítico	Critérios	Situação atual	Tendências de evolução face ao QRE
Organização e Gestão do Território	Ocupação e usos do solo		↶
	Povoamento		⇒
	Expansão urbana		⇒
Coesão e Desenvolvimento Territorial	População		↓
	Habituação		⇒
	Atividades Económicas		↶
	Acesso a bens e serviços públicos fundamentais		↶
	Padrões de mobilidade		⇒
Recursos Territoriais	Recursos hídricos		⇒
	Recursos florestais		↶
	Recursos cinegéticos e piscícolas		⇒
	Recursos minerais		↶
	Património cultural, arquitetónico e edificado		↶
Qualidade Ambiental	Saneamento básico		↶
	Qualidade do ar		↶
	Ruído		↑
	Riscos Naturais		↶
	Energia		↶

Tendências de evolução	↓	↶	⇒	↷	↑
	Muito Negativa	Negativa	Sem alteração significativa	Positiva	Muito Positiva
Distância à situação desejável					
Objetivos e metas	Muito distante	Distante	Próximo	Muito Próximo	

4.1.1 Avaliação das Opções Estratégicas do Plano

No quadro seguinte são analisados os eventuais efeitos positivos ou negativos decorrentes da aplicação das opções estratégicas do plano, relativamente a cada FCD.

Ocupação e Gestão do Território	Opção 1	Opção 2	Opção 3	Opção 4	Opção 5	Opção 6
Ocupação e usos do solo	++	++	+++	++/-	+++	+++
Povoamento	+++/-	+++	+++	+++	0	+++
Expansão urbana	+++	++	+++	++	++	+++
Coesão e Desenvolvimento do Território	Opção 1	Opção 2	Opção 3	Opção 4	Opção 5	Opção 6
População	+++	+++	+++	+++	0	+++
Habituação	0	+++	+++	0	0	++
Atividades económicas	+++	0	0	+++	++	0
Acesso a bens e serviços públicos fundamentais	0	+++	0	0	0	+++
Mobilidade	0	+++	0	0	0	++
Recursos Territoriais	Opção 1	Opção 2	Opção 3	Opção 4	Opção 5	Opção 6
Recursos hídricos	-	++	0	-	+++	0
Recursos florestais	+	0	+++	+++	+++	++
Recursos cinegéticos e piscícolas	++	0	0	+++	+++	++
Recursos minerais	0	0	++	++	+++	0
Património cultural, arquitetónico e edificado	++	0	++	+++	+++	0
Qualidade Ambiental	Opção 1	Opção 2	Opção 3	Opção 4	Opção 5	Opção 6
Saneamento básico	0	+++	0	-	0	+++
Qualidade do ar	0	0	0	0	0	0
Ruído	0	0	+++	0	0	0
Riscos naturais e tecnológicos	0	0	+++	0	+++	0
Energia	0	0	++	0	0	0

+++ Forte contribuição para o alcance das metas estratégicas

++ Média contribuição para o alcance das metas estratégicas

+ Fraca contribuição para o alcance das metas estratégicas

0 Contribuição nula ou insignificante para o alcance das metas estratégicas

- Fraco conflito com o alcance das metas estratégicas

-- Médio conflito com o alcance das metas estratégicas

--- Forte conflito com o alcance das metas estratégicas

0 Não aplicável

5 SÍNTESE DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL

No quadro seguinte é realizado uma síntese geral da AAE do PDM de Murça com a descrição dos FCD e critérios considerados, eventuais efeitos positivos/vantagens e negativos/desvantagens no ambiente resultantes da aplicação do plano, diretrizes para a minimização ou potenciação dos efeitos e indicadores de avaliação e controlo ambiental.

FCD	Critérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Diretrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controle ambiental
Ocupação e Gestão do Território	Ocupação e usos do solo	Ordenamento e qualificação do solo rural e urbano, promovendo a harmonização e compatibilização de diferentes usos do solo e a contenção da dispersão urbana Criação da EEM que estabelece regras de uso do solo que privilegiam a aptidão natural do solo e a preservação e valorização de valores e recursos naturais/paisagísticos presentes em solo rural e urbano	Ocupação ou desafetação de áreas fundamentais para a sustentabilidade do território integradas na Rede Natura 2000, na REN e na RAN para acomodar investimentos e iniciativas industriais e unidades turísticas	Promover práticas agrícolas e florestais sustentáveis que contribuam para a manutenção da integridade do solo, para a biodiversidade local e para a qualidade da paisagem Contribuir para uma correta gestão dos espaços florestais através da harmonização e diversificação de funções produtivas, paisagísticas, recreativos (caça e pesca) e ambientais Promover a implementação das normas regulamentares de uso e ocupação do solo definidas para a proteção e valorização ambiental das áreas integradas na EEM em solo rural e em solo urbano, definindo no regulamento do PDM, a matriz de usos compatíveis com o dominante para os espaços florestais.	-Porcentagem de uso de solo -Variação de áreas afetadas à RAN e REN
	Povoamento	Contribui para uma maior equidade no acesso a infraestruturas básicas, equipamentos e serviços da população residente nos aglomerados urbanos mais periféricos	Eventual excessiva concentração dos serviços e equipamentos fundamentais na cidade e polos urbanos secundários e consequente perda de acessibilidade a bens e serviços podendo resultar no despovoamento dos aglomerados urbanos periféricos	Promover uma maior equidade no acesso a equipamentos, bens e serviços fundamentais da população residente em aglomerados urbanos mais periféricos quer através da intervenção nas redes de oferta, elencando no programa de ação do PDM, a dotação de investimento a alocar para este efeito, quer no reforço e flexibilização dos sistemas de transportes coletivos.	-Variação da densidade populacional -Peso demográfico por nível hierárquico da rede urbana -Porcentagem de população residente em áreas predominantemente urbanas

FCD	Crítérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Diretrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controlo ambiental
	Expansão urbana	Reforço do papel e funções urbanas da vila de Murça e dos polos urbanos secundários e contenção da edificação fora dos perímetros urbanos em solo rural	Não foram identificados efeitos negativos significativos	Assegurar a consolidação das áreas urbanas infraestruturadas com otimização do património construído e das edificações já existentes e não ocupadas, designadamente para fins habitacionais, turísticos, de equipamentos e de serviços	-Percentagem de solo urbano sobranter -Percentagem do solo urbanizável infraestruturado
Coesão e Desenvolvimento Territorial	População	Contribui para a fixação de novas iniciativas e investimentos importantes para a criação de emprego e diversificação da atividade económica, fatores fundamentais para a atracção de novos residentes no concelho	Não foram identificados efeitos negativos significativos		-Variação população ativa -Variação da população residente -Variação da estrutura etária da população residente - Variação da taxa de desemprego
	Habitação	Reforço das infraestruturas de suporte à integração e coesão territorial e reestruturação/requalificação dos perímetros urbanos da vila de Murça e dos polos urbanos, contendo a expansão da edificação fora dos perímetros urbanos	Não foram identificados efeitos negativos significativos	Promover a consolidação e otimização das áreas urbanas infraestruturadas nos espaços urbanos, procurando, em sede de regulamento municipal e por via da tributação fiscal, fomentar a reconstrução e reabilitação do edificado existente. Regulamentar os usos compatíveis em solo rural de elevado valor paisagístico bem como os parâmetros de edificabilidade em termos turísticos e industriais, de modo a assegurar, sobretudo, a minimização das intrusões visuais nestes espaços, restringindo a densidade construtiva, a impermeabilização do solo e a volumetria das novas edificações, mas assegurando a viabilidade funcional dos edifícios para a instalação das atividades.	-Variação do nível de dotação de instalações do parque habitacional -Percentagem de edifícios com necessidade de reparação -Variação dos alojamentos vagos -Dinâmica de licenciamento -Variação do peso de licenças para reconstrução

FCD	Critérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Diretrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controlo ambiental
	Atividades Económicas	Contribui para a atracção e fixação de novas iniciativas e investimentos importantes para a criação de emprego e diversificação da atividade económica Contribuem para o reforço das atividades relacionadas com o turismo e a indústria agroalimentar fundamentais para o desenvolvimento das economias de escala a nível dos produtores e comerciantes locais	Não foram identificados efeitos negativos significativos	Apoiar iniciativas empresariais em meio rural com viabilidade económica e ambiental, devidamente enquadradas na paisagem envolvente e que estabeleçam relações económicas e sociais com as comunidades locais, disponibilizando desde logo e em sede de carta de ordenamento, solo destinado à instalação de atividades económicas e regulamentando os usos compatíveis com o solo rural de modo a que seja permitido o desenvolvimento destas atividades de base territorial em solo rural Promover a identificação, em sede de carta de ordenamento, de solo destinado a fins turísticos que fomenta investimentos associados ao turismo de natureza e ao património histórico/cultural	-Variação da superfície agrícola útil -Variação do número de sociedades -Variação da oferta de solo industrial -Variação da capacidade turística -Taxa de ocupação da zona industrial

FCD	Critérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Diretrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controlo ambiental
	Acesso a bens e serviços públicos fundamentais	Reforço das infraestruturas de suporte à integração e coesão territorial e reestruturação/requalificação dos perímetros urbanos da vila de Murça e dos polos urbanos secundários, contendo a expansão da edificação fora dos perímetros urbanos. Contribui para uma maior equidade no provimento de equipamentos e infraestruturas viárias e de saneamento, melhorando as condições de mobilidade e habitabilidade da população rural	Não foram identificados efeitos negativos significativos	Assegurar uma maior equidade no acesso a serviços de apoio social, nomeadamente no que se refere aos serviços de apoio à infância e de apoio à 3.ª idade. O Plano deverá prever no seu plano de ação qual a dotação financeira a alocar para o reforço destas redes, e procurar identificar em sede de carta de ordenamento, as eventuais áreas necessárias para a construção destes equipamentos.	-Cobertura da rede de creches e centros ATL -Cobertura da rede de ensino pré-escolar -Cobertura da rede de 1º ciclo do ensino básico -Cobertura da rede de 2º e 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário. -Cobertura da rede de cuidados de saúde públicos -Cobertura da rede de lares de 3ª idade, centros de dia e serviços de apoio domiciliário -Cobertura da rede de equipamentos desportivos
	Mobilidade	Promove a melhoria da mobilidade externa através da construção e requalificação dos eixos rodoviários estruturantes, garantindo a inserção do concelho na rede viária nacional e a articulação com os centros urbanos envolventes.	Não foram identificados efeitos negativos significativos		-Porcentagem de distribuição modal -Taxa de cobertura dos serviços de transporte públicos

FCD	Crítérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Diretrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controlo ambiental
Recursos Territoriais	Recursos hídricos	Promove a expansão e requalificação das redes de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais, contribuindo para uma maior eficiência e qualidade ambiental na utilização dos recursos hídricos Criação da EEM que integra os sistemas hidrológicos mais sensíveis sob o ponto de vista ecológico (zonas ameaçadas por cheias, áreas de máxima infiltração, leitos e margens dos cursos de água), promovendo a sua manutenção/recuperação e utilização sustentável, bem como prevenindo os riscos naturais	Pressão sobre os recursos hídricos devido ao aumento dos consumos e da contaminação da água por atividades domésticas, industriais e turísticas	Assegurar que os novos investimentos e iniciativas empresariais, indústrias e turísticas incorporem soluções tecnológicas e organizativas mais exigentes do ponto de vista do uso eficiente da água e do tratamento dos resíduos gerados, atuando por exemplo ao nível de incentivos fiscais e isenções em sede de regulamento municipal.	-Variação da qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos -Número de descargas de águas residuais sem tratamento prévio

FCD	Critérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Diretrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controlo ambiental
	Recursos florestais	Promove a diversificação e multifuncionalidade do espaço florestal através do seu ordenamento em subcategorias com funções de produção e conservação, restringindo os usos ou atividades que diminuam as suas potencialidades. Criação da EEM que integra as áreas classificadas como espaços florestais como maior valor ecológico e ambiental, para as quais são definidas regras de uso e ocupação complementares para a proteção e valorização da biodiversidade e produtividade do solo, prevenindo e minimizando os riscos naturais	Não foram identificados efeitos negativos significativos	Articulação com sistemas de incentivos sectoriais que visem a qualificação e promoção do espaço florestal sustentável de modo a promover e melhorar as funções económicas e ecológicas dos espaços florestais, através da implementação, nomeadamente, de projetos de arborização adaptados às condições locais e compatíveis com a região.	-Área do concelho ocupada por área florestal -Área florestal sujeita a planos de gestão florestal
	Recursos cinegéticos e piscícolas	Contribui para a atracção e fixação da população no concelho, condição essencial para a manutenção e desenvolvimento das atividades ligadas à caça e pesca. Promove o desenvolvimento do sector do turismo em articulação com as atividades cinegéticas e piscícolas	Não foram identificados efeitos negativos significativos		-Área submetida a regime cinegético especial -Número de associações, sociedade o clube de caça e pesca existentes

FCD	Critérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Diretrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controlo ambiental
	Recursos minerais	Definição de regras suplementares de uso e transformação do solo sustentáveis em áreas sensíveis sob o ponto de vista ecológico, através da criação da EEM, minimizando os impactos ambientais resultantes da exploração de recursos minerais.	Não foram identificados efeitos negativos significativos	Identificar na carta de ordenamento as zonas potenciais dos recursos minerais e definir normas para a sua proteção e exploração sustentável	-Ocorrências de minerais metálicos e não metálicos com interesse para a exploração -Número de concessões mineiras
	Património cultural, arquitetónico e edificado	Promove a valorização atividade turística através da criação de roteiros turístico-culturais e do incentivo da requalificação das aldeias tradicionais. Contribui para a classificação dos valores patrimoniais concelhios mais relevantes e incentiva a reabilitação dos sítios, edifícios e espaços culturais.	Não foram identificados efeitos negativos significativos	Garantir a integração harmoniosa de empreendimentos turísticos e industriais de forma a evitar a perda da biodiversidade e minimizar os impactos visuais na paisagem, procurando no âmbito do regulamento, definir quais as tipologias de empreendimentos Regulamentar os usos compatíveis de modo a promover o desenvolvimento de projetos turísticos em solo rural e em espaços de especial interesse patrimonial, cultural ou paisagístico privilegiando, em termos de intensidade construtiva, a recuperação e requalificação de edifícios existentes. Adotar medidas para uma dinamização cultural mais vasta, que aborde outras valências culturais para além do património edificado, em função das características paisagísticas, pontos de observação ou de acesso a áreas históricas e arqueológicas;	-Presença e grau de conservação do património cultural, arquitetónico e edificado

FCD	Critérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Diretrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controlo ambiental
Qualidade Ambiental	Saneamento Básico	Contribui para o aumento da cobertura do concelho em sistemas ambientais eficazes de saneamento básico, reduzindo as perdas de água nas redes de abastecimento de água e a melhoria do nível de tratamento das águas residuais Promove a requalificação das infraestruturas básicas nos aglomerados rurais que apresentam carências ao nível de infraestruturas de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais	Não foram identificados efeitos negativos significativos	Assegurar que os novos investimentos e iniciativas empresariais, indústrias e turísticas incorporem soluções tecnológicas e organizativas mais exigentes do ponto de vista do uso eficiente da água e do tratamento dos resíduos gerados, atuando por exemplo ao nível de incentivos fiscais e isenções, em sede de regulamento municipal.	-Variação da taxa de cobertura de abastecimento de água -Perdas e eficiência no abastecimento de água -Taxa de cobertura do sistema de drenagem e tratamento de águas residuais -Variação da população servida por estações de tratamento de águas residuais
	Qualidade do ar	Não foram identificados efeitos positivos significativos	Aumento das emissões de gases poluentes provocado pelo aumento do fluxo de tráfego rodoviário e pela intensificação da atividade industrial	Implementação do Plano Municipal de Redução de ruído e monitorização periódica dos níveis de ruído e das emissões de poluentes atmosféricos provenientes do tráfego rodoviário nas proximidades de zonas residenciais e de trabalho;	-Variação da emissão de gases poluentes
	Ruído	Qualificação e ordenamento do solo rural e urbano com zonamento acústico das áreas mais vulneráveis à poluição sonora.	Aumento dos níveis de ruído provocado pelo aumento do fluxo de tráfego rodoviário e pela intensificação da atividade industrial	Condicionar, no âmbito do regulamento do PDM, a instalação de atividades geradoras de ruído e de gases poluentes nas proximidades de zonas residenciais	-Percentagem de área urbanas ou urbanizáveis localizadas em áreas sensíveis

FCD	Critérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Diretrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controle ambiental
	Riscos Naturais e tecnológicos	Contribui para a contenção da expansão urbana dispersa no território, condicionando a edificação em áreas mais vulneráveis a riscos naturais Integração das áreas mais vulneráveis a riscos naturais tecnológicos são na EEM que promove, através de medidas de gestão e ocupação do solo suplementares, a utilização sustentável dos recursos e a prevenção e minimização das situações de risco	Não foram identificados efeitos negativos significativos	Condicionar, no âmbito do regulamento do PDM, a construção em zonas florestais com perigosidade de incêndio elevado ou muito elevado, com exceção das ligadas à prevenção e combate de incêndios florestais e de pequenas infraestruturas e equipamentos de apoio à exploração florestal; Definição, em sede de regulamento municipal, de normas que assegurem a manutenção e limpeza periódica das faixas de proteção contra os incêndios florestais na envolvente das edificações de acordo com a priorização do risco.	-Variação da área florestal ardida -Variação do número de ocorrências de incêndios florestais -Porcentagem das áreas com risco de incendio alto e muito alto -Índice de intensidade sísmica -Vulnerabilidade à ocorrência de cheias -Número de ocorrências de deslizamentos ou desprendimentos de terrenos
	Energia	Contribuir para o uso eficiente da energia	Não foram identificados efeitos negativos significativos		-Evolução do consumo de energia elétrica por tipo de consumo -Promoção da eletricidade produzida por fontes de energia renováveis

Quadro 9- Síntese da avaliação ambiental para a totalidade dos fatores críticos

6 CONCLUSÃO

A realização deste estudo estratégico mostrou ser uma ferramenta eficaz na sistematização das propostas do PDM de Murça e seus efeitos, contribuindo para um melhor conhecimento das oportunidades e riscos resultantes e o desenvolvimento de medidas que potenciem os efeitos positivos e minimizem os efeitos negativos.

Durante o processo de AAE das propostas do plano não foram identificados efeitos ambientais relevantes que justificassem uma avaliação de cenários e opções alternativas, pelo que se optou por manter as opções estratégicas e os objetivos específicos definidos inicialmente pelo plano.

A análise e avaliação dos FCD permitiram fazer o diagnóstico e avaliar as tendências de evolução dos aspetos ambientais considerados fundamentais para a sustentabilidade do território, adaptados à escala de análise do plano. Para o município de Murça foram considerados os seguintes FCD:

- **Ocupação e gestão do território:** contempla a dimensão do ordenamento físico do território, incluindo os aspetos relacionados com a ocupação e usos do solo, a distribuição espacial da população, as dinâmicas de urbanização e a racionalização das infraestruturas públicas;
- **Coesão e desenvolvimento territorial:** atende à dimensão da equidade e da competitividade territorial, nomeadamente os aspetos relacionados com as dinâmicas demográficas e construtivas, as dinâmicas económicas, a mobilidade e a igualdade de oportunidades no acesso às redes públicas de infraestruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas;
- **Recursos territoriais:** incide sobre aspetos relacionados com a proteção e valorização dos recursos endógenos considerados fundamentais para o desenvolvimento sustentável do território;
- **Qualidade ambiental:** avalia aspetos relacionados com a qualidade ambiental e qualidade de vida, avaliando os níveis de cobertura e a eficiência dos sistemas de saneamento básico, a qualidade da água e do ar, a poluição sonora, os riscos naturais e tecnológicos e a energia.

Com base nestes FCD foram avaliadas as principais oportunidades e riscos tendo em conta os objetivos e metas definidas, para proteção ambiental e desenvolvimento sustentável, nos programas e planos com incidência no território em estudo identificados no QRE. Seguidamente são descritas as oportunidades e os riscos decorrentes da aplicação do plano para cada um dos FCD:

- **Ocupação e gestão do território**

Oportunidades: qualificação do solo em função da aptidão natural do solo e das dinâmicas de ocupação verificadas nos últimos anos e definição de atividades complementares compatíveis com o uso dominante; retificação das áreas da REN e da RAN com base em cartográfica mais rigorosa e atualizada utilizando novas tecnologias SIG; definição de uma EEM para proteção e valorização ambiental de áreas, valores e sistemas ecológicos fundamentais

em espaços rurais e urbanos; ordenamento da expansão de áreas urbanas e contenção da edificação fora dos espaços urbanos.

Riscos: abandono do solo rural e das atividades ligadas à agricultura e silvicultura provocado pelo êxodo rural e envelhecimento progressivo da população.

- **Coesão e desenvolvimento territorial**

Oportunidades: promoção e valorização de produtos de qualidade provenientes da atividade agrícola; valorização económica dos recursos endógenos através do desenvolvimento do sector do turismo e da indústria agroalimentar.

Riscos: êxodo rural e envelhecimento da população da intensa competição territorial pela retenção dos efeitos centrífugos de Vila Real; falta de iniciativa empresarial e empreendedorismo que promova a diversificação económica do concelho.

- **Recursos territoriais**

Oportunidades: criação da EEM que promove a utilização sustentável dos recursos e valores naturais; criação de condições para o desenvolvimento de atividades que promovam o aproveitamento dos recursos endógenos; qualificação do solo em categorias de espaços que promovam a multifuncionalidade do uso do solo e a preservação de habitats naturais.

Riscos: aumento da pressão sobre os recursos hídricos e eventual perda de biodiversidade provocado pela intensificação das atividades agrícolas, indústrias e turísticas.

- **Qualidade ambiental**

Oportunidades: melhoria da qualidade de vida da população e do ambiente em geral originadas pelo incremento dos sistemas ambientais eficientes; identificação das áreas mais suscetíveis a riscos naturais e tecnológicos e adoção medidas de gestão de prevenção e minimização dos riscos; definição de um modelo de ordenamento do território mais exigente ao nível da implantação de atividades poluentes e geradoras de impactes ambientais.

Riscos: presença de aglomerados rurais dispersos e de baixa densidade populacional que originam dificuldades no provimento e racionalização de infraestruturas e serviços públicos fundamentais.

O programa de avaliação e controlo ambiental definido deverá acompanhar o processo de implementação do plano de forma a avaliar, através do cálculo dos indicadores, a evolução dos aspetos ambientais considerados e detetar situações não previstas na AAE. Nesta fase é também importante assegurar o cumprimento das diretrizes de planeamento ou programação estabelecidas para cada FCD, destinadas a prevenir e evitar/reduzir os efeitos adversos e ponderar eventuais alterações de orientação estratégica, caso se verifiquem situações com graves impactos ambientais.